



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2018
TIPO: MENOR PREÇO

O **MUNICÍPIO DE QUARAÍ**, por intermédio da Secretaria Municipal da Fazenda, mediante o Pregoeiro Sr. Lúcio Menna Barreto, designado pela Portaria nº 150/2013, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2018** do tipo **MENOR PREÇO, ITEM A ITEM**, através do site <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, de conformidade com as disposições da Lei nº 10.520, de 17 de Julho de 2002, Decreto Municipal nº 060/2005, subsidiariamente a Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993 e da Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006.

1 – LOCAL, DATA E HORA

1.1. A digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços poderá ser feito das **11h 00min do dia 15/01/2018 até as 10h 59min do dia 26/01/2018**, HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF, no portal eletrônico <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>; a abertura das “PROPOSTAS DE PREÇOS” e o início da sessão de disputa de preços será às **11h 00min do dia 26/01/2018**, HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF. A abertura para fase de lances disputa de preços terá duração de 03 (três) minutos, seguida de um tempo aleatório de 05 (cinco) a 25 (vinte e cinco) minutos, bem como as condições a seguir estabelecidas.

2 – DO OBJETO

Aquisição de Diesel Extra S10, para ser utilizado pelos veículos do Município de Quaraí, conforme discriminado no Anexo I do edital.

3 – PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderá participar do presente pregão eletrônico a empresa que atender a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste edital e seus anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

3.2. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.3. A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida a comprovação a qualquer tempo.

3.4. Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de concordata ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução, liquidação.

3.5. Não será admitida a participação de empresas que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.

3.6. A retirada do Edital poderá ser efetuada através dos sites <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, www.quarai.rs.gov.br, ou diretamente no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Quaraí, sito nesta cidade à av. Artigas, 310, centro.

4 – REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

4.1. Para participar do pregão, o licitante deverá se credenciar no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

a) O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

b) O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implicará a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Quaraí, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5 – DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, contendo marca do produto, valor unitário e valor total, por item e demais informações necessárias, até o horário previsto no item 1.1.

a) A proposta de preços deverá ser formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

5.2. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.



5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico para registro de preços, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no ANEXO I deste Edital serão desconsiderados.

5.5. Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

a) preço unitário e total em moeda corrente nacional, em algarismo com no **máximo duas casas decimais após a vírgula;**

b) marca do produto ofertado;

c) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;

d) prazo de **validade da proposta de no mínimo 60(sessenta) dias**, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico;

e) prazo de entrega conforme disposto no ANEXO I deste edital, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração.

5.6. Poderão ser admitidos, pelo pregoeiro, erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

5.7. Não sendo emitida a Nota de Empenho dentro do prazo de validade da proposta vencedora, esta poderá ser prorrogada por até 30 (trinta) dias se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

6 – ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO

6.1. O Pregoeiro via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta para cada item.

7 – FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

7.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **VALOR UNITÁRIO DO ITEM**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.3. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

7.5. Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedado a identificação do seu detentor.

7.6. A etapa de lances da sessão pública será encerrada pelo pregoeiro no mesmo dia, mediante aviso pelo sistema. Após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

a) Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a Sessão do Pregão Eletrônico para registro de preços será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

7.8. Após o fechamento da etapa de lances o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

7.9. Após comunicado do pregoeiro, o licitante detentor da melhor oferta deverá comprovar a situação de regularidade, conforme documentação exigida no item 9, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, com encaminhamento do original ou cópia autenticada. Os documentos emitidos via Internet poderão ser verificados pela Administração quanto a sua autenticidade e validade mediante pesquisa nas respectivas páginas.

a) A critério do pregoeiro o prazo do item anterior poderá ser prorrogado por até 05 (cinco) dias.

8 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Após análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor.

8.2. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

9 – HABILITAÇÃO

9.1. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

- A) Proposta** do produto ganho;
- B)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**) emitido no Ano da licitação;
- C)** Registro comercial, no caso de empresa individual;
- D)** Ato constitutivo, estatuto social, contrato social ou sua consolidação e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na junta comercial e, em vigor e, no caso de sociedade por ações, estatuto social, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados;
- E)** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- F)** Prova de **inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município (Alvará)**, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- G)** Prova de **licença sanitária emitida pela União, Estado ou Município**, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- H)** Prova de regularidade para com a Fazenda **FEDERAL**, relativamente a débitos de tributos e contribuição federais e Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas (“a” a “d”) do parágrafo único do Art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de Julho de 1991;
- I)** Certidão que prove a regularidade para com a Fazenda **ESTADUAL e MUNICIPAL** da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante;
- J)** Certificado de regularidade do (**FGTS**) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- K)** Prova de Regularidade relativa à Justiça do Trabalho (CNDT – Certidão Negativa de Débitos **TRABALHISTAS**);
- L)** Para que possa fazer jus aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, as empresas deverão apresentar: **Certidão Simplificada da Junta Comercial**, expedida no **MÁXIMO há 60 (sessenta) dias anteriores** a data de abertura da licitação e **Declaração conforme Anexo II do Edital**, que se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto na Lei;
- M)** **Declaração conforme Anexo III de IDONEIDADE**;
- N)** **Catálogo ou Folder** do produto ofertado.
- O)** **Registro na ANP** autorizando venda ou revenda de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool, combustível e outros combustíveis automotivos, atestando que o posto ou distribuidor de pode exercer a atividade;

9.2. Os documentos exigidos para HABILITAÇÃO deverão ser encaminhados ao Pregoeiro no final da Sessão Pública via email (licitacoespmq@yahoo.com.br) em até **02 (duas) horas** e os originais ou cópias autenticadas no prazo de até **5 (cinco) dias úteis após a Sessão**, para o endereço Avenida Artigas, 310, Centro, Quaraí, CEP 97560-000. Os documentos emitidos via Internet poderão ser verificados pela Administração quanto a sua autenticidade e validade mediante pesquisa nas respectivas páginas.

OBSERVAÇÃO: O Certificado de Registro Cadastral no Município de Quaraí, substitui os documentos do Item 9.1, alíneas “**B, C, D, E e F**”.

10 – IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

10.1. As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio de formulário eletrônico.

- a)** Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;
- b)** Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

11 – RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº 060/05, devendo o licitante manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

- a)** A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo pregoeiro.



11.2. A licitante disporá do prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar às contra razões em igual número de dias.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

11.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou entregues pessoalmente.

11.6. Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos desta licitação, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaria, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

12 – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso.

12.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

13 – RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

13.1. Entregar o objeto licitado conforme especificações deste edital, Anexo I;

13.2. Manter, durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

13.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução da ata;

13.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado da ata ou da nota de empenho;

13.6. Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta da Contratada;

14 – PRAZO DE ENTREGA, LOCAL E VIGÊNCIA

14.1. Prazo de entrega: deverá ser feita de forma **escalonada**, na medida em que forem sendo solicitadas pela Secretaria, em um **prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas** para entregar, qualquer que seja a quantidade solicitada, não sendo permitida a exigência de faturamento mínimo.

14.2. Local de entrega: A entrega do objeto deverá ser realizada na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Infraestrutura (SMOTI), na Rua Duque de Caxias, nº 1879, Centro, Quaraí/RS, CEP 97.560-000, a responsabilidade e despesas com **(FRETE)** será por conta da CONTRATADA.

14.3. O pedido de entrega, não é a nota de empenho. O empenho é a confirmação da compra do item.

14.4. O período de **vigência da licitação será a partir da data de homologação até o dia 31/12/2018**

15 – CONTRATO

15.1. Homologada a licitação, o Setor de Licitações convocará no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, o licitante que tiver apresentado a proposta vencedora para assinar o Contrato.

15.2. Caso a firma adjudicatária não assinar a Ata no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a convocação, o Pregoeiro poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para nova negociação até chegar a um vencedor ou recomendar a revogação da licitação independentemente da cominação prevista no Artigo 81, da Lei nº 8.666/93.

16 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Em caso de atraso injustificado na entrega do objeto, sujeitar-se-á o licitante vencedor à multa de mora de 1% (um por cento) sobre o valor global atualizado da nota de empenho por dia de atraso na entrega do bem;

a) A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente o ata e aplique outras sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

16.2. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá garantir a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

a) advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;

b) multa de até 10%(dez por cento), calculada sobre o valor do empenho, no caso do licitante vencedor não cumprir rigorosamente as exigências contratuais ou deixar de receber a Nota de Empenho, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;

c) suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02(dois) anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízos para a Administração;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

e) Se o licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

16.3. A sanção de advertência de que trata o item 16.2, letra a, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na prestação dos serviços;

b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

16.4. A penalidade de suspensão será cabível quando o licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que o impeçam de contratar com a administração pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE.

17 – RESCISÃO

A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

18 – DOS RECURSOS FINANCEIROS

18.1. Os recursos para aquisição dos produtos constantes no ANEXO I deste edital correrão pelas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Código Destino	Projeto/Atividade	Nome do Projeto/Atividade	Elemento	Nome do Elemento	Código Reduzido
Secret. Munic. Ind. Com. Cultura e Turismo	2	083	Manutenção das Atividades da Secretaria de Indústria e Comércio	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2907
Secretaria Municipal do Desporto e Lazer	2	088	Manutenção das Atividades do Setor de Desporto, Lazer	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2908
Secretaria da Fazenda	2	057	Manutenção da Secretaria da Fazenda	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2860
Secret. Munic. Desenvolvimento Rural	2	178	Conserv. Manut. da Frota de Veic. Maq. e Equip. Setor Rural	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2831
Secret. Munic. Desenvolvimento Rural	2	029	Manut. da Secret. E Desenvolvimento Rural	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2819
Secret. Munic. Obras, Tranp. e Infraestrutura	2	066	Manut. Ativid. da Secret. Municipal de Obras e Transp.	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2861
Secret. Munic. Obras, Tranp. e Infraestrutura	2	220	Manut. com Recursos do FEP ((Fundo Especial do Petroleo)	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2875
Secret. Munic. Obras, Tranp. e Infraestrutura	2	168	Manutenção do Setor de Infra Estrutura e Serviços Urbanos	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2865
Secret. Munic. Obras, Tranp. e Infraestrutura	2	219	Manutenção com Recursos da CIDE	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2874
Secret. Munic. Assist. Social e Habitação	2	261	C.R.E.A.S.	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2623
Secret. Munic. Assist. Social e Habitação	2	028	Manutenção do Conselho Tutelar	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2808
Secret. Munic. Assist. Social e Habitação	2	260	C.R.A.S.	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2531
Secret. Munic. Assist. Social e Habitação	2	018	Manut. Secret. Municipal da Habitação e Ação Social	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2804



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARAÍ
Palácio Dr. Heraclides Santa Helena
Setor de Licitações

Secretaria da Saúde	2	079	Manut. Atividades da Secret. de Saúde e Meio Ambiente	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	1581
Secretaria da Saúde	2	233	PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF - Incentivo as Equipes de saúde	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	8818
Secretaria da Educação e Cultura	2	164	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	1644
Secretaria da Educação e Cultura	2	045	CONSER. MELHORIA DE PREDIOS ESCOLARES	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2842
Secretaria da Educação e Cultura	2	048	TRANSPORTE ESCOLAR DE 1º GRAU	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2474
Secretaria da Educação e Cultura	2	043	Manutenção do Ensino Fundamental	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2841
Secretaria da Educação e Cultura	2	146	TRANSPORTE ESCOLAR ESTADUAL	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2847
Secretaria da Educação e Cultura	2	041	MANUTENÇÃO DE CRECHES	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2855
Secret. Munic. Trab. Desenv. Econ. Rel.	2	046	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	9041
Secret. Munic. da Adm. Planej. Meio Ambiente	2	007	MANUTENÇÃO DA SECRET. DA ADMINISTRAÇÃO	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2795

19 – PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado no **prazo de até 30 (trinta) dias**, após cada entrega do item ganho, através da nota de empenho, mediante emissão de **nota fiscal eletrônica** da mercadoria.

19.2. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

19.3. A Prefeitura Municipal de Quaraí não se responsabiliza pelo recebimento e pagamento de mercadoria entregue em desacordo com o estabelecido em Edital.

19.4. As notas fiscais/faturas serão emitidas e entregues juntamente com os produtos adquiridos, ainda antecipadamente através de Email contabilnotas@gmail.com.

20 – CRITÉRIOS DE REAJUSTE

20.1. Os preços propostos poderão sofrer reajustes somente após a data do término da validade da proposta a fim de prevalecer o equilíbrio da equação econômica financeira, devendo a(s) empresa(s) vencedora(s) solicitar (em), através de requerimento formal, o pedido de recomposição de preços demonstrando os valores reais, instruído com cópias de notas fiscais de compra e demais documentos, caso em que a municipalidade irá proceder a revisão se efetivamente comprovada.

20.2. O pedido de recomposição de preços não exime a(s) empresa(s) vencedora(s) da responsabilidade contratual de entrega nos prazos estipulados no edital após a convocação da Secretaria interessada sob pena de incorrer (em) no presente em mora e inadimplemento com a aplicação das penalidades previstas no presente edital, inclusive a rescisão contratual.

20.3. Na hipótese de ocorrer redução no preço, decorrente de medidas que venham ser implementadas pelo Governo Federal, ou do comportamento do mercado, a municipalidade poderá solicitar à(s) contratada(s) a imediata redução, na mesma proporção, dos preços contratados, emitindo os documentos fiscais nos novos valores.

21 – DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

21.2. À critério da Administração, o objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

21.3. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei nº 8.666/93.

21.4. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, servidores do Município de Quaraí, através do site <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARAÍ
Palácio Dr. Heraclides Santa Helena
Setor de Licitações

- 21.5.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.
- 21.6.** O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.
- 21.7.** Não havendo expediente na Prefeitura Municipal de Quaraí na data marcada, a reunião realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente na mesma hora e local.
- 21.8.** A presente licitação rege-se, no que couber pela Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, sendo declarado competente o Foro desta Comarca para dirimir controvérsias emergentes da presente licitação;
- 21.9.** Serão afixados no Painel de Avisos da Prefeitura Municipal de Quaraí todos os atos pertinentes a esta licitação, que sejam passíveis de divulgação tais como: comunicações, consultas e respostas aos interessados, resultado da fase de habilitação, classificação das propostas e nomes dos vencedores da licitação. Publicar-se, á no Diário Oficial do Município e no site oficial <http://www.quarai.rs.gov.br/> a homologação da presente licitação.

Quaraí, 12 de Janeiro de 2018.

Lúcio Menna Barreto
Pregoeiro



ANEXO I
PREGÃO ELETRONICO Nº 002/2018

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – Aquisição de Diesel Extra S10, para ser utilizado pelos veículos do Município de Quaraí, conforme abaixo discriminado:

Item	Descrição dos Materiais	Quant.	Unid.	Marca	Preço Unit R\$:	Valor total R\$:
1	Diesel Extra S10	112.500	Litros		3,39	381.375,00

Secretaria:	Quant.	Unid.
Secretaria Municipal de Transportes e Infraestrutura	28.000	Litros
Secretaria Municipal da Educação	34.000	Litros
Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural	28.000	Litros
Secretaria Municipal da Saúde	22.500	Litros

- **VALOR TOTAL: R\$(..).**
- **FORME DE ENTREGA:** De acordo com o Item 14 do Edital.
- **FORMA DE PAGAMENTO:** De acordo com o Item 19 do edital.
- **VALIDADE DA PROPOSTA:** 60(sessenta) dias.

Assinatura do Representante Legal da Proponente
CARIMBO DO CNPJ, Data e localidade



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARAÍ
Palácio Dr. Heraclides Santa Helena
Setor de Licitações

ANEXO II
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2018

D E C L A R A Ç Ã O EMPRESA EPP/ME

A Empresa (razão social da empresa, número de inscrição no CNPJ, endereço completo), através de seu (Representante Legal, Diretor ou Sócio-Gerente), Sr.(a) (Nome), CPF _____, DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pelo MUNICIPIO DE QUARAÍ, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2018**, que **SE INCLUI** no regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e não se utiliza indevidamente deste benefício.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Quaraí/RS, de de 2018.

Assinatura do representante legal acima qualificado e carimbo da empresa.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARAÍ
Palácio Dr. Heraclides Santa Helena
Setor de Licitações

ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2018

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A Empresa (razão social da empresa, número de inscrição no CNPJ, endereço completo), através de seu (Representante Legal, Diretor ou Sócio-Gerente), Sr.(a) (Nome), CPF _____, DECLARA, sob as penas da lei, para fins desta licitação que **NÃO foi declarada INIDÔNEA** para licitar ou contratar com a administração pública, bem como não está impedida de licitar com o poder público por ter sido apenas com declaração de inidoneidade, por qualquer ente da Administração Pública, cujos efeitos se encontrem pendentes ou sem que tenha sido reabilitada perante a autoridade que aplicou a penalidade.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Quaraí/RS, de de 2018.

Assinatura do representante legal acima qualificado e carimbo da empresa.

ANEXO IV
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2018
MINUTA DE CONTRATO DE COMPRA

O MUNICÍPIO DE QUARAÍ, estado do Rio Grande do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 88.123.492/0001-53, com sede à Av. Artigas, 310, nesta cidade, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Mario Raul da Rosa Correa, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta cidade, denominado CONTRATANTE, e **EMPRESA.....**, inscrita no CNPJ sob o nº....., com Endereço na Rua....., nº....., na Cidade de, Estado, neste ato representado por seu Sr., CPF nº, portador da CI nº....., como CONTRATADA, celebram o presente Contrato, em observância ao **Pregão Eletrônico nº 002/2018, Homologado em .../.../2018**, com fulcro na Lei nº 10.520, de 17 de Julho de 2002, Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações, Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006 e Decreto Municipal nº 60/2005, assim como pelas condições do Edital, termos da proposta vencedora e conforme as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Diesel Extra S10, para ser utilizado pelos veículos do Município de Quaraí, conforme abaixo discriminado:

Item	Descrição dos Materiais	Quant.	Unid.	Marca	Preço Unit R\$:	Valor total R\$:
1	Diesel Extra S10	112.500	Litros			

Secretaria:	Quant.	Unid.
Secretaria Municipal de Transportes e Infraestrutura	28.000	Litros
Secretaria Municipal da Educação	34.000	Litros
Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural	28.000	Litros
Secretaria Municipal da Saúde	22.500	Litros

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE ENTREGA

Prazo de entrega: deverá ser feita de forma **escalonada**, na medida em que forem sendo solicitadas pela Secretaria, em um **prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas** para entregar, qualquer que seja a quantidade solicitada, não sendo permitida a exigência de faturamento mínimo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL DE ENTREGA E VIGÊNCIA

3.1. Local de entrega: A entrega do objeto deverá ser realizada na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Infraestrutura (SMOTI), na Rua Duque de Caxias, nº 1879, Centro, Quaraí/RS, CEP 97.560-000, a responsabilidade e despesas com (**FRETE**) será por conta da CONTRATADA.

3.2. O pedido de entrega, não é a nota de empenho. O empenho é a confirmação da compra do item.

3.3. O período de **vigência da licitação será a partir da data de homologação até o dia 31/12/2018**

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. Manter durante toda a vigência do presente, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do **Pregão Eletrônico nº 002/2018**, ficando facultado à Prefeitura, a qualquer momento, exigir a apresentação de parte ou totalidade dos documentos apresentados quando daquelas fases;

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO

5.1. O preço para o presente ajuste é de **R\$..... (em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso)**, constante da proposta vencedora da licitação, aceito pela CONTRATADA, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto. O pagamento será efetuado **no prazo de até 30 dias após cada entrega**, através da nota de empenho, mediante emissão de **nota fiscal eletrônica** da mercadoria entregue.

5.2. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3. A Prefeitura Municipal de Quaraí não se responsabiliza pelo recebimento e pagamento de mercadorias entregues em desacordo com o estabelecido no Item 14.2 deste edital.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECURSO FINANCEIRO

As despesas decorrentes da presente ata ocorrerão à conta dos seguintes recursos financeiros:

Órgão	Código Destino	Projeto/Atividade	Nome do Projeto/Atividade	Elemento	Nome do Elemento	Código Reduzido
Secret. Munic. Ind. Com. Cultura e Turismo	2	083	Manutenção das Atividades da Secretaria de Indústria e Comércio	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2907
Secretaria Municipal do Desporto e Lazer	2	088	Manutenção das Atividades do Setor de Desporto, Lazer	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2908
Secretaria da Fazenda	2	057	Manutenção da Secretaria da Fazenda	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2860
Secret. Munic. Desenvolvimento Rural	2	178	Conserv. Manut. da Frota de Veic. Maq. e Equip. Setor Rural	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2831
Secret. Munic. Desenvolvimento Rural	2	029	Manut. da Secret. E Desenvolvimento Rural	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2819
Secret. Munic. Obras, Tranp. e Infraestrutura	2	066	Manut. Ativid. da Secret. Municipal de Obras e Transp.	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2861
Secret. Munic. Obras, Tranp. e Infraestrutura	2	220	Manut. com Recursos do FEP ((Fundo Especial do Petroleo)	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2875
Secret. Munic. Obras, Tranp. e Infraestrutura	2	168	Manutenção do Setor de Infra Estrutura e Serviços Urbanos	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2865
Secret. Munic. Obras, Tranp. e Infraestrutura	2	219	Manutenção com Recursos da CIDE	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2874
Secret. Munic. Assist. Social e Habitação	2	261	C.R.E.A.S.	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2623
Secret. Munic. Assist. Social e Habitação	2	028	Manutenção do Conselho Tutelar	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2808
Secret. Munic. Assist. Social e Habitação	2	260	C.R.A.S.	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2531
Secret. Munic. Assist. Social e Habitação	2	018	Manut. Secret. Municipal da Habitação e Ação Social	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2804
Secretaria da Saúde	2	079	Manut. Atividades da Secret. de Saúde e Meio Ambiente	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	1581
Secretaria da Saúde	2	233	PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF - Incentivo as Equipes de saúde	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	8818
Secretaria da Educação e Cultura	2	164	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	1644
Secretaria da Educação e Cultura	2	045	CONSER. MELHORIA DE PREDIOS ESCOLARES	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2842
Secretaria da Educação e Cultura	2	048	TRANSPORTE ESCOLAR DE 1º GRAU	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2474
Secretaria da Educação e Cultura	2	043	Manutenção do Ensino Fundamental	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2841
Secretaria da Educação e Cultura	2	146	TRANSPORTE ESCOLAR ESTADUAL	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2847
Secretaria da Educação e Cultura	2	041	MANUTENÇÃO DE CRECHES	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2855
Secret. Munic. Trab. Desenv. Econ. Rel.	2	046	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	9041

Secret. Munic. da Adm. Planej. Meio Ambiente	2	007	MANUTENÇÃO DA SECRET. DA ADMINISTRAÇÃO	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2795
--	---	-----	--	--------------------	---------------------	------

CLÁUSULA SETIMA – CRITÉRIOS DE REAJUSTE

7.1. Os preços propostos poderão sofrer reajustes somente após a data do término da validade da proposta a fim de prevalecer o equilíbrio da equação econômica financeira, devendo a(s) empresa(s) vencedora(s) solicitar (em), através de requerimento formal, o pedido de recomposição de preços demonstrando os valores reais, instruído com cópias de notas fiscais de compra e demais documentos, caso em que a municipalidade irá proceder a revisão se efetivamente comprovada.

7.2. O pedido de recomposição de preços não exime a(s) empresa(s) vencedora(s) da responsabilidade contratual de entrega nos prazos estipulados no edital após a convocação da Secretaria interessada sob pena de incorrer (em) no presente em mora e inadimplemento com a aplicação das penalidades previstas no presente edital, inclusive a rescisão contratual.

7.3. Na hipótese de ocorrer redução no preço, decorrente de medidas que venham ser implementadas pelo Governo Federal, ou do comportamento do mercado, a municipalidade poderá solicitar à(s) contratada(s) a imediata redução, na mesma proporção, dos preços contratados, emitindo os documentos fiscais nos novos valores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Em caso de atraso injustificado na entrega do objeto, sujeitar-se-á o licitante vencedor à multa de mora de 1% (um por cento) sobre o valor global atualizado da nota de empenho por dia de atraso na entrega do bem;

a) A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente o ata e aplique outras sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

8.2. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá garantir a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

a) advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;

b) multa de até 10%(dez por cento), calculada sobre o valor do empenho, no caso do licitante vencedor não cumprir rigorosamente as exigências contratuais ou deixar de receber a Nota de Empenho, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;

c) suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02(dois) anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízos para a Administração;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

8.3. A penalidade de suspensão será cabível quando o licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que o impeçam de contratar com a administração pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE.

CLAUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Ocorrendo, em qualquer hipótese, a negativa do fornecimento do Objeto desta licitação por parte da LICITANTE VENCEDORA, o mesmo poderá ser adjudicado às Licitantes remanescentes, na ordem de classificação e de acordo com as Propostas apresentadas, sem prejuízo às sanções previstas em lei;

9.2. Fica eleito o Foro de Quaraí/RS para dirimir conflitos ou questões oriundas do presente ata.

9.3. Por estarem as partes acordadas com o teor da presente Ata, assinam a mesma em 03 (três) vias, de igual teor e forma.

Quaraí, ____ de _____ de 2018.

CONTRATANTE:

Município de Quaraí/RS
Mario Raul da Rosa Correa
Prefeito Municipal em Exercício

CONTRATADA:

Empresa
Representante
Cargo do Representante



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARAÍ
Palácio Dr. Heraclides Santa Helena
Setor de Licitações

TESTEMUNHAS: _____

CPF OU RG:

CPF OU RG: